

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL  
**VISEU DÃO LAFÕES**

ATA N.º 70 DO CONSELHO INTERMUNICIPAL

---

----- Aos quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e dezassete, pelas quinze horas, na cidade de Tondela, na sede da CIM, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, sob a presidência do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal e representando o número de eleitores abaixo indicados, os seguintes membros: -----

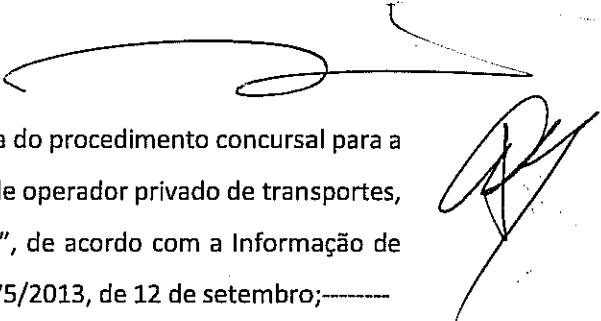
Município	Eleitores	Cargo	Nome
Aguiar da Beira	6.597	Presidente	Joaquim António Marques Bonifácio
Carregal do Sal	10.099	Presidente	Rogério Mota Abrantes
Castro Daire	16.514	Presidente	José Fernando Carneiro Pereira
Mangualde	20.330	Presidente	João Nuno F. Gonçalves Azevedo
Nelas	13.861	Presidente	José Manuel Borges da Silva
Oliveira de Frades	9.415	Presidente	Luís Manuel Martins de Vasconcelos
Penalva do Castelo	8.819	Presidente	Francisco Lopes de Carvalho
Santa Comba Dão	11.563	Presidente	Leonel José Antunes Gouveia
São Pedro do Sul	17.274	Vice-Presidente	Pedro Miguel Mouro Lourenço
Sátão	13.992	Presidente	Alexandre Manuel Mendonça Vaz
Tondela	29.213	Vereadora	Fátima Carla Dias Antunes
Vila Nova de Paiva	6.892	Presidente	José Morgado Ribeiro
Viseu	95.853	Vice-Presidente	Joaquim Ferreira Seixas
Vouzela	10.171	Vice-Presidente	Carlos Alberto Rodrigues Lobo

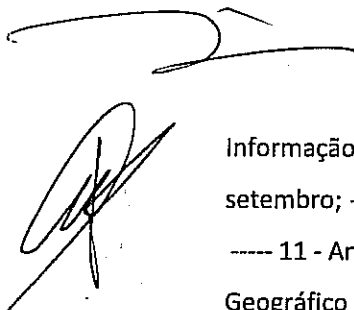
----- A ordem de trabalhos presente na convocatória foi a seguinte:-----

----- 1 - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal do dia 07/03/2017;-----

----- 2 - Análise, discussão e votação da forma de imputação material aos Municípios integrantes da CIM Viseu Dão Lafões das despesas não cobertas por receitas próprias, consubstanciada na atualização da quota correspondente a cada Município associado, em montante e segundos os critérios de repartição constantes da Informação de Serviço n.º 079/2017, de 1 de março, nos termos do disposto na alínea r) do nº 1 do artigo 90º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

----- 3 - Análise, discussão e votação da 3ª proposta de alteração orçamental, para o exercício económico de 2017, nos termos do disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

- 
- 4 - Análise, discussão e votação da proposta de abertura do procedimento concursal para a “Aquisição de serviços de assessoria técnica para a seleção de operador privado de transportes, no âmbito da Autoridade de Transportes Viseu Dão Lafões”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 081/2017, de 1 de março, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----
- 5 - Análise, discussão e votação da proposta de inclusão de tipologia de operações no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial Viseu Dão Lafões 2020, no âmbito das tipologias contratualizadas na prioridade de investimento 4.3 – Eficiência Energética, de acordo com a Informação de Serviço n.º 116/2017, de 28 de março, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----
- 6 - Análise, discussão e votação da proposta de candidatura a apresentar, pela CIM Viseu Dão Lafões, ao aviso n.º CENTRO-03-2016-10, no âmbito da eficiência energética, bem como, dos requisitos técnicos das intervenções a realizar, calendário de realização e orçamento das componentes, de acordo com a Informação de Serviço n.º 117/2017, de 28 de março nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----
- 7 - Análise, discussão e votação da proposta de Protocolo a celebrar entre a CIM Viseu Dão Lafões e os seus Municípios associados, no âmbito da candidatura a apresentar ao aviso n.º CENTRO-03-2016-10, referente à eficiência energética, de acordo com a Informação de Serviço n.º 118/2017, de 28 de março, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----
- 8 - Análise, discussão e votação da proposta de abertura do procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para implementação de programa de envolvimento, sensibilização de atores e comunicação institucional, associado à elaboração do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Viseu Dão Lafões”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 113/2017, de 27 de março, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----
- 9 - Análise, discussão e votação da proposta de protocolo, a celebrar entre a CIM Viseu Dão Lafões e os municípios seus associados, para constituição de um agrupamento de entidades adjudicantes, para a aquisição de equipamentos informáticos portáteis, no âmbito do projeto de gestão de vias da CIM Viseu Dão Lafões, de acordo com a Informação de Serviço n.º 119/2017, de 28 de março, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----
- 10 - Análise, discussão e votação da proposta de abertura do procedimento concursal para a “Aquisição de equipamentos informáticos portáteis, no âmbito do projeto de gestão de vias da CIM Viseu Dão Lafões”, no âmbito da constituição de agrupamento de entidades adjudicantes estabelecido entre a CIM Viseu Dão Lafões e os seus municípios associados, de acordo com a



Informação de Serviço n.º 120/2017, de 28 de março, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 11 - Análise e discussão do ponto de situação da implementação do Sistema de Informação Geográfico da CIM Viseu Dão Lafões; -----

----- 12 - Análise, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento concursal, para a "Aquisição de serviços para o reforço da implementação do Sistema de Informação Geográfico da CIM Viseu Dão Lafões", de acordo com a Informação de Serviço nº 115/2017, de 28 de março, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificado haver "quórum" para funcionamento do órgão, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal declarou aberta a reunião.-----

----- Período de Antes da Ordem do Dia.-----

----- O Senhor Presidente, do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, informou os presentes que tinha solicitado a presença, na reunião do Conselho, do Primeiro Secretário Executivo Intermunicipal, Dr. Nuno Martinho, nos termos do nº 6 do art.º 89º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- O Senhor Presidente informou, ainda, que, a solicitação do Banco Alimentar de Viseu, tinha combinado que estes iriam apresentar o trabalho que têm vindo a desenvolver no território, pelo que tinha convidado a Dr.ª Fátima Ribeiro, Presidente da Direção e a Dr.ª Elisabete Farreca, vogal da Direção para apresentarem a instituição. -----

----- Assim, apoiadas numa apresentação powerpoint, deram a conhecer aos Senhores Presidentes o trabalho desenvolvido pelo Banco Alimentar de Viseu, desde que este foi fundado.

----- Após a apresentação seguiu-se uma breve troca de perguntas e respostas com o intuito de esclarecer o trabalho que o Banco Alimentar tem vindo a desenvolver em cada um dos municípios associados da CIM Viseu Dão Lafões. -----

----- Retomou a palavra o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, que informou os presentes que tinha tido uma reunião com o Senhor Ministro do Planeamento e Infraestruturas, Dr. Pedro Marques, tendo-se feito acompanhar pelo Senhor Presidente do Conselho Regional do Centro, Dr. João Azevedo, e pelo Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, sendo que os temas abordados tinham sido os relacionados com a rodovia, nomeadamente a problemática do IP3, mais concretamente a sua ligação Viseu – Coimbra, a ferrovia e a importância que a mesma tinha para a região. -----



---- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Mangualde, Dr. João Azevedo, que começou a sua intervenção, afirmando que a reunião tinha servido para perceber o pulsar do Governo sobre as temáticas enunciadas pelo senhor Presidente do Conselho intermunicipal.---

----- Continuou a sua intervenção, o Dr. João Azevedo, referindo, que o Governo tinha a expectativa de iniciar a requalificação da ferrovia no ano de 2018, sendo que o Governo iria colocar, pela 3ª vez, a Bruxelas a possibilidade de haver uma ligação a norte do Distrito de Viseu.

----- Referiu, também, o Senhor Presidente da Câmara de Mangualde, que no tocante á rodovia o Governo não tinha qualquer tipo de estudo, projeto, ou outro qualquer documento sobre o IP3. -----

----- O Dr. João Azevedo referiu, ainda, que o problema não se prendia com a requalificação do IP3, pelo que tinha sido dito ao Senhor Ministro que a questão se centrava na ligação a sul, nomeadamente a Coimbra, e que era estratégica para o desenvolvimento da região, sendo claro que o Governo não queria introduzir portagens na ligação rodoviária, o que vinha ao encontro da posição da CIM. -----

----- Continuou a sua intervenção, referindo, ainda, que o Senhor Ministro tinha afirmado que o Governo estava a trabalhar para arranjar uma estratégia para o IP3, sendo certo, também, que a intervenção custaria, sempre, 300 milhões de euros, os quais não eram possíveis de obter através do Acordo de Parceria, dado o anterior Governo não ter pretendido que esse montante fosse introduzido no Acordo de Parceria, até porque era uma prioridade negativa. -----


----- Concluiu a sua intervenção, resumindo, que o governo estava a trabalhar na procura de uma solução técnica e financeira sustentável, sendo que, na sua opinião, a região tinha vindo a ser negligenciada ao longo de muitos anos e o estado a que chegou o IP3 era o melhor exemplo disso. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara de Viseu, Dr. Joaquim Seixas, que começou a sua intervenção, referindo, que era importante que os principais partidos com assento parlamentar instituíssem que estas grandes obras, que os investimentos estruturantes para o País fossem aprovados por dois terços dos deputados para que os mesmos não fossem sendo colocados em causa, sempre que há uma mudança de Governo. -----


----- Continuou a sua intervenção, referindo, que se deveria assumir que existem um conjunto de projetos e investimentos que não deveriam ser objeto de luta partidária. -----

----- Concluiu a sua intervenção, afirmando, que era importante que esse compromisso fosse assumido e fossem definidos quais os investimentos que estavam acima da luta partidária e que eram, reconhecidamente, do interesse da região e do País. -----





— Retomou a palavra o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, que concordando com o exposto pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara de Viseu, também ele, tinha prestado declarações nesse sentido.-----



— Continuou a sua intervenção, afirmando, que o Senhor Ministro tinha afirmado que uma parte do problema se prendia com o facto de o anterior Governo ter afirmado em Bruxelas que a rodovia era uma prioridade negativa, sendo certo que, isso também se prendia com a questão de isso ter implicações com o PIB. -----

— Referiu, ainda, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, que tinha sido dado a conhecer o projeto piloto que a CIM estava a desenvolver com a empresa Infraestruturas de Portugal, mais concretamente, o projeto de criação do Centro de Competências de Gestão de vias. -----

— O Dr. José Morgado Ribeiro, concluiu este tema, informando, os presentes que, também, tinha feito sentir a preocupação do Conselho Intermunicipal, com a falta de dinheiro para os projetos que se encontravam realizados no âmbito do overbooking, sendo que, o Senhor Ministro tinha referido que o seu ministério estava a tentar arranjar uma solução para essa situação. -----

— O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal informou, também, os presentes que a Assembleia Intermunicipal, ordinária, se iria realizar no próximo dia 24 de abril, pelas 18 horas, no Município de Nelas.-----

— Por último, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal informou os presentes que, em face das respostas dadas pelos Senhores Presidentes, relativamente ao convite endereçado pelo Senhor Eurodeputado, Dr. Fernando Ruas, para o acompanharem numa viagem ao Parlamento Europeu, iria declinar o mesmo e que iria informar o Dr. Américo Nunes da decisão ora tomada.

— Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, que começou a sua intervenção informando que tinha sido submetida, no passado dia 31 de março a candidatura ao Produtos Turísticos Integrados de Base Intermunicipal, sendo que, a mesma apresentava um fundo comunitário associado de 1,6 milhões de euros e que tal como já tinha informado o Conselho Intermunicipal, em anteriores reuniões, a estratégia apresentada estava em perfeita articulação com a Turismo Centro de Portugal e com a própria CCDR do Centro.-----

— Continuou a sua intervenção, informando, que no âmbito de uma reunião realizada entre a ANMP e as CIM's, os Secretários Executivos das CIM's da Região Centro tinham feito chegar um documento, conjunto, onde eram retratados os principais problemas com que as CIM's e os Municípios se estavam a debater no âmbito do Portugal 2020.-----



----- Ainda no âmbito da reunião com a ANMP informou os Senhores Presidentes que iria fazer fazer-lhes chegar um conjunto de propostas, apresentadas na reunião, que se prendiam com a possibilidade de reprogramação do PT2020.-----

----- Concluiu este assunto, informando, que também tinha sido analisada a problemática da falta de disponibilidade financeira para os projetos submetidos em regime de overbooking, sendo que a ANMP iria fazer chegar ao Governo essa preocupação.-----

----- Continuou a sua intervenção, o Senhor Secretário Executivo, informando, que todo o atendimento telefónico passaria a estar centrado na Casa do Adro, de forma a permitir a melhor rentabilização do trabalho das Senhoras que passaram para o quadro de pessoal da CIM com a transferência da Universalidade da Assembleia Distrital de Viseu para a CIM.-----

----- Informou, também, o Dr. Nuno Martinho, que no âmbito do empreendedorismo nas escolas já se estavam a realizar algumas das finais municipais, nalguns municípios iriam realizar-se meias-finais, sendo que este ano o projeto soma 190 ideias de negócio apresentadas pelos diversos alunos das escolas da região.-----


----- Ainda no âmbito do empreendedorismo, o Senhor Secretário Executivo, informou o Conselho Intermunicipal que se tinha realizado o habitual colóquio para os professores da região, tendo participado, na edição deste ano, mais de 250 professores.-----

----- Relativamente ao SI2E, o Senhor Dr. Nuno Martinho, informou os presentes que tinha sido publicada a Portaria que iria regulamentar o referido sistema de incentivos, permitindo que a CIM e os GAL pudessem começar a trabalhar, conjuntamente, nos incentivos e no apoio á economia e ao micro empreendedorismo.-----


----- Continuou a sua intervenção, o Senhor Secretário Executivo, informando que toda a estratégia de intervenção estava a ser articulada com os GAL para que as ações de comunicação, bem como, a forma de intervir sobre o território estivesse acordada e harmonizada entre todos.

----- Informou, também, a este propósito, que a CIM e os GAL tinham feito chegar ao Centro 2020 um documento único com um conjunto de dúvidas e de questões que eram importante que estivessem resolvidas e esclarecidas antes de serem lançados os avisos de abertura de concurso. Concluiu a sua intervenção, relativamente a este tema, informando, o Conselho Intermunicipal, que este grupo iria voltar a reunir-se, amanhã, dia 5 de abril, e que era expectável que na próxima reunião do Conselho Intermunicipal já poderia ser presente aos Senhores Presidentes, para aprovação, uma proposta de aviso de abertura de concurso, sendo que havia um acordo entre a CIM e os GAL que poderia vir a existir um pequeno desfasamento entre as





datas de aprovação dos avisos e a sua publicação, pois estava consensualizado que era importante para a região que a publicação dos mesmos acontecesse em simultâneo. -----



----- O Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, continuou a sua intervenção, informando, que continuavam sem serem publicados os avisos de abertura de concurso para a área da formação para a qualificação dos profissionais da administração pública local, pelo que a CIM continuava sem poder dar formação aos colaboradores dos municípios, nos moldes em que no anterior quadro tinha feito, isto era, financiadas. -----

----- Contudo, continuou o Dr. Nuno Martinho, havia municípios que estavam a solicitar que a CIM realizasse ações de formação em diversas áreas. -----

----- Neste sentido, a CIM estava a preparar um plano de formação que iria calendarizar, sendo que iria ser necessário que os municípios suportassem o custo da mesma, sendo que esse custo seria sempre substancialmente inferior aquele que pagariam se fossem obter essa formação em entidades externas. -----

----- O Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, informou, também, o Conselho que no âmbito do concurso de ideias de negócio "Wanted Business Ideas", cujo prazo para a apresentação de candidaturas tinha expirado no passado dia 30 de março, tinham sido submetidas 79 candidaturas, provenientes dos mais diversos pontos do País. -----

----- O Dr. Nuno Martinho, informou, ainda, que a exemplo do verificado no ano transato, a CIM iria estar presente na FIT com um stand próprio, tendo para o efeito sido enviado um e-mail a cada um dos municípios da CIM para que manifestassem o seu interesse em participar no mesmo e em que moldes o pretendiam fazer, sendo que, até ao momento, havia 4 municípios que ainda não tinham respondido ao referido e-mail. -----

----- Continuou a sua intervenção, o Senhor Secretário Executivo, informando, que no âmbito do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros se iria realizar um seminário relacionado com esta temática, aproveitando o facto de o senhor Ministro do Ambiente, que tutela esta área, marcar presença na cerimónia de assinatura dos contratos interadministrativos de delegação de competências. -----

----- Concluiu este tema, informando, que no âmbito do referido seminário se iriam discutir o que irá mudar com este novo regime jurídico, como poderemos tirar benefício de termos um Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes em fase de aprovação final, bem como, o facto de estarmos a concluir um projeto piloto como era o caso do projeto de Gestão de vias que estava a ser desenvolvido em parceria com a empresa Infraestruturas de Portugal, S.A., pelo que

era importante que os Senhores Presidentes mobilizassem as diversas equipas de projeto para participarem no mesmo. -----

----- Ainda, no âmbito do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, mas numa vertente financeira, o Senhor Secretário Executivo, informou os Senhores Presidentes que o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal tinha remetido um ofício a cada um dos Senhores Presidentes onde era solicitada a transferência do valor que tinham recebido a coberto da Portaria nº 434/2016, para a capacitação das Autoridades de Transportes, que agora era a CIM, por força da aprovação dos contratos interadministrativos de delegação de competências.

----- O Senhor Secretário Executivo, informou, também, que no âmbito do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes Viseu Dão Lafões este se encontrava na fase de consulta pública, sendo que o mesmo iria ter 4 sessões de apresentação, tal como proposto, sendo 2 no dia 26 de abril e outras 2 no dia 4 de maio.-----

----- Relativamente á eficiência energética, o Dr. Nuno Martinho, alertou o Conselho Intermunicipal que o prazo para a submissão das candidaturas terminava a 13 de abril, sendo que muitos dos municípios ainda não tinham enviado toda a documentação necessária á emissão do certificado energético, apesar dos insistentes alertas feitos pelos serviços da CIM, podendo, deste modo, ser colocada em causa a admissibilidade das candidaturas em questão.-----

----- Continuou a sua intervenção, o Senhor Secretário Executivo, alertando o Conselho Intermunicipal para a necessidade de, no âmbito dos projetos Programação Cultural em Rede e Património Natural, ser concertada a intervenção, para que mais tarde não se venham a colocar questões de fracionamento de despesa e conseqüentemente de elegibilidade da mesma.-----


----- Concluiu a sua intervenção, o Dr. Nuno Martinho, afirmando, ser importante perceber, efetivamente, quais eram os municípios que estavam interessados em avançar em cada uma das áreas.-----

----- Assim, constatou-se que no âmbito da Programação Cultural em Rede havia 7 municípios que pretendiam avançar com o mesmo e outros 7 que não pretendiam avançar com a sua execução sem que antes a candidatura apresentada estivesse aprovada.-----


----- No tocante ao Património Natural verificou-se que a totalidade dos municípios estava interessada que o projeto tivesse início de imediato.-----

----- Período da Ordem do Dia.-----

----- Quanto ao primeiro ponto da ordem de trabalhos - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal do dia 07/03/2017 – o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal



colocou à apreciação dos presentes a proposta de ata da reunião do Conselho Intermunicipal de 07/03/2017.-----



----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a ata.-----

----- Quanto ao **segundo ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da forma de imputação material aos Municípios integrantes da CIM Viseu Dão Lafões das despesas não cobertas por receitas próprias, consubstanciada na atualização da quota correspondente a cada Município associado, em montante e segundos os critérios de repartição constantes da Informação de Serviço n.º 079/2017, de 1 de março, nos termos do disposto na alínea r) do nº 1 do artigo 90º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal informou os presentes que tinha solicitado a presença do Dr. Pedro Mota e Costa, consultor da CIM Viseu Dão Lafões, para participar na reunião, podendo, desta forma, participar na justificação, em termos técnicos, da proposta em apreço. -----

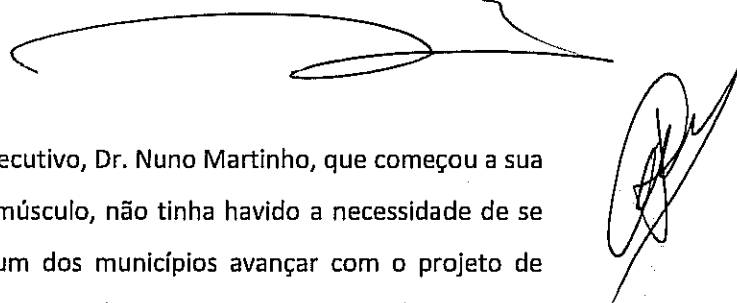
----- Foi dada a palavra ao Dr. Pedro Mota e Costa, que explicou aos presentes a situação financeira, em termos estruturais, em que a CIM se encontrava e os motivos porque, na sua opinião, era importante que, tal como proposto pelo Senhor Secretário Executivo, fossem revistos os valores das quotizações pagas pelos municípios de forma a que a situação financeira da CIM Viseu Dão Lafões se equilibrasse. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Oliveira de Frades, Dr. Luís Vasconcelos, que, afirmando, perceber a situação descrita pelo Dr. Nuno Martinho na sua informação de serviço, se interrogava se não seria preferível a criação, sempre que necessária, de uma quota extraordinária. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara de Viseu, Dr. Joaquim Seixas, que começou a sua intervenção, questionando, quais eram os critérios para receber e para pagar e se estes não eram os mesmos ou se não deviam ser os mesmos. -----

----- Continuou a sua intervenção manifestando o seu desacordo com a proposta de aumento de 100% do valor da quota em vigor, achando-a desproporcionada, até porque nunca a CIM deixou de fazer o que quer que fosse por falta de dinheiro. -----

----- Concluiu a sua intervenção, afirmando, que caso não viesse a aparecer uma alternativa à proposta apresentada votará contra a mesma.-----



----- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, que começou a sua intervenção, afirmando, que se a CIM tivesse músculo, não tinha havido a necessidade de se estar a questionar da possibilidade de cada um dos municípios avançar com o projeto de Programação Cultural em Rede ou do Património Natural, porque a CIM o fazia, até porque era ela que era a executora do projeto. -----

----- Continuou a sua intervenção, afirmando, que a CIM estava hoje com dificuldades financeiras e sem fundos disponíveis, sendo que os resultados líquidos negativos, do exercício, rondavam os 240 mil euros, pelo que, se se tivesse só a preocupação de balancear o exercício, o valor proposto deveria ser o dobro do apresentado na proposta em análise.-----

----- Concluiu a sua intervenção, afirmando, que ao longo dos tempos tinha vindo a dar nota aos Senhores Presidentes do agravamento inexorável desta situação, sendo que a CIM tinha vindo a assumir a contrapartida nacional de projetos intermunicipais, sendo certo que noutras CIM's o valor da quota era 3 a 4 vezes superior á atualmente em vigor na CIM Viseu Dão Lafões.-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara de São Pedro do Sul, Dr. Pedro Mouro, que começou por referir que o problema que a CIM estava a viver era aquele com que os municípios se debatiam todos.-----

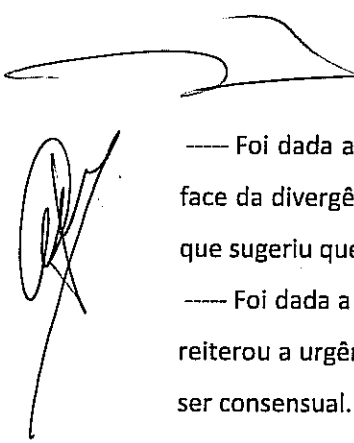
----- Continuou a sua intervenção, realçando, que o principal problema da presente proposta era o timing em que a mesma era feita, pelo que, na sua opinião, se deveria esperar pelo final do ano para se tomar uma decisão.-----

----- Concluiu a sua intervenção propondo que se analisasse a proposta apresentada com a condição da mesma só produzir efeitos a 1 de janeiro de 2018.-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Mangualde, Dr. João Azevedo, que referiu que já se andava a discutir este assunto á muito tempo, sendo que na sua opinião era justo e razoável o que estava a ser proposto, pelo que concordava com a mesma, tanto mais, que não se poderia deixar de levar em linha de conta com a qualidade e excelência do trabalho desenvolvido pela CIM Viseu Dão Lafões.-----

----- Retomou a palavra o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, tendo salientado que em termos absolutos o valor do aumento proposto era pouco significativo, sendo que, na sua opinião, se não havia condições para os municípios acompanharem o aumento proposto era uma situação que o deixava deveras preocupado.-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Santa Comba Dão, Dr. Leonel Gouveia, que afirmou estar de acordo com a opinião expressa pelo Senhor Presidente da Câmara de Mangualde, estando disposto a votar favoravelmente a proposta apresentada.-----



— Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Sátão, Dr. Alexandre Vaz, que em face da divergência de opiniões, propôs que o aumento se processasse de forma gradual, pelo que sugeriu que o incremento fosse, para já, de 50% e o restante no final do ano. -----

— Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Mangualde, Dr. João Azevedo, que reiterou a urgência na resolução deste problema, sendo que, na sua opinião, a decisão deveria ser consensual.-----

— Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, que começou a sua intervenção, afirmando, que esta era a primeira vez que apresentava, ao Conselho Intermunicipal, uma proposta de aumento de quotas.-----

— Continuou a sua intervenção, referindo, que todos os presentes sempre tinham pugnado, ele inclusive, por uma gestão criterioso da CIM e que isso era uma evidência aos olhos de todos.

— Concluiu a sua intervenção, referindo que, na sua opinião, a CIM, sendo uma associação de municípios, não deveria ser gerida com dificuldades na obtenção de fundos disponíveis e, por outro lado, ser impossibilitada de avançar com projetos intermunicipais que, inclusivamente, estavam no PDCT, sendo outro exemplo desta situação, o caso da transferência das competências, no âmbito do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, na CIM, onde esta necessita de “músculo” financeiro para a sua capacitação, enquanto Autoridade de Transportes, e preparação da contratualização a realizar neste âmbito.-----

— Assim, analisado e discutido o assunto, foi deliberado, por unanimidade, que o senhor Secretário Executivo submetesse, ao Conselho Intermunicipal, uma nova proposta de quotização, considerando um aumento de 50% da mesma, sendo que esta deveria ser presente ao Conselho Intermunicipal de 18 de abril próximo. -----

— Quanto ao **terceiro ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da 3ª proposta de alteração orçamental, para o exercício económico de 2017, nos termos do disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado na proposta de alteração orçamental, explicitou, detalhadamente, a mesma. -----

— Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a 3ª proposta de alteração orçamental, para o exercício económico de 2017.-----

— Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

----- Quanto ao **quarto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de abertura do procedimento concursal para a “Aquisição de serviços de assessoria técnica para a seleção de operador privado de transportes, no âmbito da Autoridade de Transportes Viseu Dão Lafões”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 081/2017, de 1 de março, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado na Informação de Serviço n.º 081/2017, explicitou, detalhadamente, a mesma.-----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a abertura do procedimento concursal para a “Aquisição de serviços de assessoria técnica para a seleção de operador privado de transportes, no âmbito da Autoridade de Transportes Viseu Dão Lafões”.-----


----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

----- Quanto ao **quinto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de inclusão de tipologia de operações no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial Viseu Dão Lafões 2020, no âmbito das tipologias contratualizadas na prioridade de investimento 4.3 – Eficiência Energética, de acordo com a Informação de Serviço n.º 116/2017, de 28 de março, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado na Informação de Serviço n.º 116/2017 explicitou, sucintamente, o teor da mesma.-----


----- Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a proposta de inclusão de tipologia de operações no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial Viseu Dão Lafões 2020, no âmbito das tipologias contratualizadas na prioridade de investimento 4.3 – Eficiência Energética.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

----- Quanto ao **sexto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de candidatura a apresentar, pela CIM Viseu Dão Lafões, ao aviso n.º CENTRO-03-2016-10, no âmbito da eficiência energética, bem como, dos requisitos técnicos das intervenções a realizar, calendário de realização e orçamento das componentes, de acordo com a Informação de Serviço n.º 117/2017, de 28 de março nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor



Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado na Informação de Serviço n.º 117/2017 explicitou, detalhadamente, o teor da mesma.-----



----- Neste ponto da ordem de trabalhos o Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, e o Técnico Superior, Eng.º André Mota, procederam á apresentação da candidatura intermunicipal “Mecanismos Sistémicos de Monitorização Energética”, a submeter ao referido AAC.-----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a proposta de candidatura a apresentar, pela CIM Viseu Dão Lafões, ao aviso n.º CENTRO-03-2016-10, no âmbito da eficiência energética, bem como, dos requisitos técnicos das intervenções a realizar, calendário de realização e orçamento das componentes.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

----- Quanto ao **sétimo ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de Protocolo a celebrar entre a CIM Viseu Dão Lafões e os seus Municípios associados, no âmbito da candidatura a apresentar ao aviso n.º CENTRO-03-2016-10, referente à eficiência energética, de acordo com a Informação de Serviço nº 118/2017, de 28 de março, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado na proposta de protocolo explicitou, detalhadamente, o teor da mesma.-----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a proposta de Protocolo a celebrar entre a CIM Viseu Dão Lafões e os seus Municípios associados, no âmbito da candidatura a apresentar ao aviso n.º CENTRO-03-2016-10, referente à eficiência energética.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

----- Quanto ao **oitavo ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de abertura do procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para implementação de programa de envolvimento, sensibilização de atores e comunicação institucional, associado à elaboração do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Viseu Dão Lafões”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 113/2017, de 27 de março, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José

Morgado Ribeiro, apoiado na Informação de Serviço n.º 113/2017 explicitou, detalhadamente, o teor da mesma.-----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a proposta de abertura do procedimento concursal para a "Aquisição de serviços para implementação de programa de envolvimento, sensibilização de atores e comunicação institucional, associado à elaboração do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Viseu Dão Lafões".-----


----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

----- Quanto ao **nono ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de protocolo, a celebrar entre a CIM Viseu Dão Lafões e os municípios seus associados, para constituição de um agrupamento de entidades adjudicantes, para a aquisição de equipamentos informáticos portáteis, no âmbito do projeto de gestão de vias da CIM Viseu Dão Lafões, de acordo com a Informação de Serviço n.º 119/2017, de 28 de março, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado na Informação de Serviço n.º 119/2017 explicitou, detalhadamente, o teor da mesma.-----


----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a proposta de protocolo, a celebrar entre a CIM Viseu Dão Lafões e os municípios seus associados, para constituição de um agrupamento de entidades adjudicantes, para a aquisição de equipamentos informáticos portáteis, no âmbito do projeto de gestão de vias da CIM Viseu Dão Lafões.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

----- Quanto ao **décimo ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de abertura do procedimento concursal para a "Aquisição de equipamentos informáticos portáteis, no âmbito do projeto de gestão de vias da CIM Viseu Dão Lafões", no âmbito da constituição de agrupamento de entidades adjudicantes estabelecido entre a CIM Viseu Dão Lafões e os seus municípios associados, de acordo com a Informação de Serviço n.º 120/2017, de 28 de março, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do



Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado na Informação de Serviço n.º 120/2017 explicitou, detalhadamente, o teor da mesma. -----



----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a proposta de abertura do procedimento concursal para a “Aquisição de equipamentos informáticos portáteis, no âmbito do projeto de gestão de vias da CIM Viseu Dão Lafões”, no âmbito da constituição de agrupamento de entidades adjudicantes estabelecido entre a CIM Viseu Dão Lafões e os seus municípios associados.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

----- Quanto ao **décimo primeiro ponto da ordem de trabalhos** - Análise e discussão do ponto de situação da implementação do Sistema de Informação Geográfico da CIM Viseu Dão Lafões - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, informou os presentes que tinha solicitado a presença do Senhor Eng.º Paulo Caridade, da Empresa Primelayer, Lda., para fazer um ponto de situação da implementação do Sistema de Informação Geográfico da CIM Viseu Dão Lafões -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Eng.º Paulo Caridade, que socorrendo-se da aplicação que se encontra instalada em cada um dos municípios mostrou o grau de maturidade da solução em cada um dos municípios, exemplificando, em tempo real, o que é que a aplicação permite fazer quer seja um técnico do município quer seja um cidadão. -----

----- Após ter respondido a todas as questões colocadas pelos Senhores Presidentes, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal agradeceu a presença do Senhor Eng.º Paulo Caridade, tendo-o felicitado, em nome do Conselho Intermunicipal, pelo trabalho desenvolvido e que tinha sido unanimemente elogiado por todos os presentes. -----

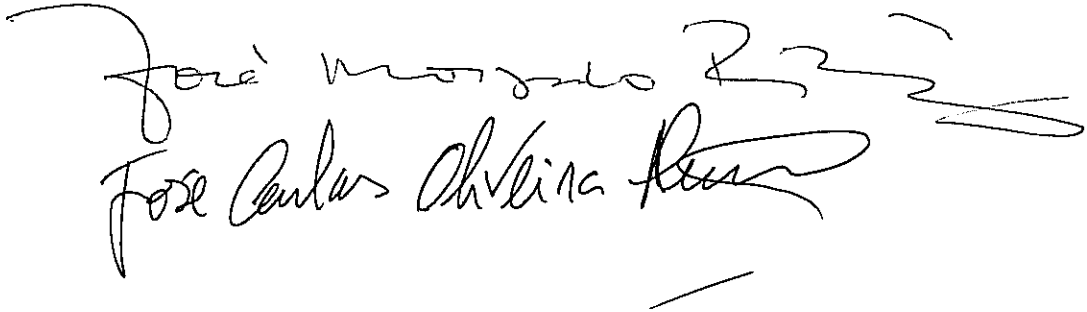
----- Quanto ao **décimo segundo ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento concursal, para a “Aquisição de serviços para o reforço da implementação do Sistema de Informação Geográfico da CIM Viseu Dão Lafões”, de acordo com a Informação de Serviço nº 115/2017, de 28 de março, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado na Informação de Serviço n.º 115/2017 explicitou, detalhadamente, o teor da mesma.

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a

proposta de abertura de procedimento concursal, para a "Aquisição de serviços para o reforço da implementação do Sistema de Informação Geográfico da CIM Viseu Dão Lafões".-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

----- Esgotada a ordem do dia, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, pelas dezoito horas, lavrando-se a presente ata que, irá ser assinada pelo Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal e por mim, José Carlos de Oliveira Almeida, que a redigi.-----

  
José Carlos de Oliveira Almeida